



1
Vera Rocha
A

Assembleia da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem

Acta nº 5

2ª Sessão Ordinária de 2018

Aos vinte e sete dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no edifício da Junta, em S. João das Lampas, realizou-se a 2ª Sessão Ordinária de 2018 da Assembleia de Freguesia de São João das Lampas e Terrugem, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto 1 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

(conforme Art. 32º Regimento)

Ponto 2 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

(conforme Art. 33º Regimento)

1- Proposta nº1 -Descentralização das reuniões da A.F.

2- Proposta nº 2 -Alteração ao Regimento.....

PONTO 3 - ORDEM DO DIA

(conforme Art. 34º Regimento)

1- Apreciar e Votar a Acta nº 4;.....

2- Informação Escrita do Presidente sobre a actividade do 2º
Trimestre de 2018.

Presentes os seguintes membros da Assembleia de Freguesia:.....

1. Carlos Manuel dos Santos Duarte
2. Emídio Parcelas Pardal
3. Vera Sofia Rodrigues da Rocha
4. Fernando da Silva Pires
5. José Fernando Morais
6. Humberto Manuel Príncipe
7. José Manuel Patrão dos Santos
8. Luís Fernando Alegre dos Santos

9. Henrique Manuel Oliveira Martins (em substituição de Nuno Cardoso)
10. Ana Maria Domingos Carioca
11. José António Alves do Paço
12. João Pedro Gaspar Ferreira
13. Diogo Camilo Costa

Eccy/B
Vera Rocha
A

Pela parte do executivo da Junta de Freguesia estiveram presentes todos os seus membros, nomeadamente, o Presidente, Guilherme Joaquim Coimbra Ponce de Leão, o Secretário, Domingos Bicho Chiolas, a Tesoureira, Lígia Joana Carreira e os Vogais Ana Cláudia Branco Rolo e José Alberto dos Santos Carvalho.-----

ABERTURA

Presidente da Assembleia de Freguesia (AF) - Boa noite a todos. Estando reunidas as condições técnicas para podermos dar início à Assembleia, vamos então começar pelo ponto 1 da Ordem de Trabalhos - Período de Intervenção Aberto ao Público.-----

1 - Período de Intervenção Aberto ao Público.-----

O Senhor Presidente da AF pergunta aos serviços se havia inscrições para uso da palavra, tendo sido informado que não havia.-----

O munícipe, Emídio Monteiro referiu que, à entrada, disse que pretendia usar da palavra e lhe foi dito para aguardar.-----

O Senhor Presidente da AF, fez a seguinte intervenção: -" Sr. Ilídio Monteiro, provavelmente, não terá conhecimento mas o nosso regimento é muito claro no que diz respeito à intervenção do público. No período reservado a intervenções do público, existem 30 minutos para isso em cada reunião ordinária sendo que, para o fazer, deverá fazer a sua inscrição até 48 horas antes, indicando nome, morada e assunto a debater na sua intervenção. Tive o cuidado de perguntar agora aos serviços administrativos se havia inscrições. Não havendo... presumo que esteja explicado e tenha conseguido responder à sua questão."-----

O Sr. Ilídio Monteiro disse que, para si, se tratava de uma novidade porque em outras assembleias as inscrições são à boca das próprias assembleia, mas como não conhece o Regimento, confia na veracidade do que foi dito.-----

Presidente da AF - "Eu posso dar-lhe uma ajuda. O artigo 32º do Regimento, no seu ponto 2, diz claramente o seguinte: "Artigo 32 - Período de intervenção aberto ao público. Ponto 1 - Em cada reunião ordinária, após a abertura dos trabalhos, haverá um período de intervenção aberto ao público. Durante o qual lhe serão prestados os esclarecimentos solicitados, sobre assuntos de interesse da Freguesia. Ponto 2 - Os cidadãos interessados em intervir, terão de fazer, antecipadamente a sua inscrição, até 24 horas anteriores ao início da sessão, identificando-se com o nome, morada e indicando o assunto a tratar, junto do gabinete de apoio da Assembleia de Freguesia. Ponto nº 3 - Poderá ser concedida a palavra, em inscrições de última hora, contudo, os esclarecimentos poderão ser prestados posteriormente, por ofício. Ponto 4 - O período de intervenção aberto ao público não excederá 30 minutos, salvo deliberação em contrário da Assembleia, sob proposta da mesa, não podendo cada intervenção ter uma

duração superior a 3 minutos e um limite máximo de 8 inscrições e intervenções por sessão.” . “Presumo que tenha ficado claro.”-----

Sr. Ilídio Monteiro - (Intervenção inaudível)-----

Presidente da AF - “Permitam-me uma pequena introdução antes de responder directamente. Tenho, para mim, que qualquer assembleia, quer seja a assembleia da República, quer seja a Assembleia Municipal, quer seja qualquer Assembleia de Freguesia, será, por ventura, o órgão mais representativo dos municípios. Não tenho por hábito ser autoritário. Nunca o fui nem nunca o serei, por isso, aquilo que vou fazer é solicitar a esta Assembleia que dê a sua opinião relativamente à possibilidade de intervenção de alguns dos elementos do público que estão presentes na sala. Pergunto à Assembleia se não se importam que os ditos elementos possam intervir, respeitando, obviamente o Regimento na sua plenitude. Se nenhum dos elementos da Assembleia vir inconveniente, eu gostaria, então, de aceitar inscrições. Permito-me, no entanto, perceber se todas as pessoas do público que estão nesta sala se pertencem às Freguesias de Terrugem e de S. João das Lampas.”-----

O Sr. Ilídio Monteiro disse que não pertencia, mas não sabia que isso era impeditivo de usar da palavra.-----

Presidente da Assembleia - Peço imensa desculpa, mas eu não darei a palavra a quem não pertence a Terrugem ou a S. João das Lampas. Não o farei. Se existirem elementos do público que pertencem a Terrugem ou a S. João das Lampas, poderão fazer a sua inscrição. Não havendo, passemos então ao Ponto 2- Período de Antes da Ordem do Dia.-----

2 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto este período o Sr. Presidente proferiu as seguintes palavras: -----

“Temos uma Proposta nº 1 - Descentralização das reuniões da Assembleia de Freguesia e uma Proposta nº 2 -Alteração ao Regimento.”-----

Relativamente a estas propostas, os temas tinham sido abordados na última Assembleia, embora de uma forma muito superficial e tomei a liberdade de enviar para os serviços da Assembleia, para que fosse dado conhecimento a todos os membros. Passo a ler a -----

“Proposta nº 1: -Considerando como fundamental uma cada vez maior interacção entre os membros da Assembleia e todos quantos residem nesta União de Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem, vem o Presidente da Assembleia desta União de Freguesias propor: Ponto nº 1 - A descentralização das reuniões desta Assembleia para diferentes locais desta União de Freguesias; Ponto nº 2 - A calendarização destas reuniões será agendada pelo Presidente da Assembleia desta União de Freguesias, ouvidos os líderes das diferentes bancadas e o Sr. Presidente da União de Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem; Ponto nº 3 -Procurar-se-á que esta descentralização cubra a maior parte possível da área geográfica destas duas freguesias, dando assim voz nesta Assembleia, a todos quantos aqui residam.”-----

Caro
Vereador
Roche
A

“Esta Proposta nº 1 visa, fundamentalmente, como acabei de ler, a possibilidade de ir ao encontro de todos quantos aqui trabalham e residem. Parece-me fundamental que, ao longo do mandato, se verifique esta interacção. Antes de ser submetida à votação, gostaria de saber se algum membro da Assembleia pretende pronunciar-se sobre a mesma.”-----

Vogal Henrique Martins - “Boa noite. Isto (o púlpito) é novidade para mim. Gostaria de perguntar se este período de antes da ordem do dia vai ocupar-se apenas destes dois pontos, ou haverá possibilidade de se abordar outras questões”.-----

Presidente da AF - “Nada chegou à mesa no sentido de fazermos algum tipo de inclusão, relativamente a este ponto. Perguntei, inclusivamente, aos serviços, se havia algumas propostas para este ponto. Entendo que qualquer elemento da Assembleia poderá intervir, se assim o entender, obviamente, explicitando o ponto que pretende abordar. Parece-me perfeitamente razoável.”-----

Vogal Henrique Martins - “Vou então solicitar que após estas duas propostas, tenha a possibilidade de abordar outros assuntos. Mas antes disso, ouvi, atentamente, a intervenção do elemento do público e o que se colocou a mim, ontem, quando fui abordado para ver se podia estar aqui hoje - a 1ª vez, neste ciclo autárquico - foi consultar o Regimento desta Assembleia e o Regimento que está disponível no *site* da internet é ainda o anterior, pelo que não tive a possibilidade de consultar o novo Regimento. Acredito que muitas coisas serão semelhantes ao anterior, mas haverá outras novas. Penso que é um aspecto a melhorar e ficar disponível para quem pretenda saber as dificuldades com os tempos de intervenção e em que termos pode fazê-lo. É um pedido que faço, para que, o mais breve possível, o Regimento ficar disponível para qualquer um de nós o possa consultar. Em relação a esta proposta, quero dizer o seguinte: - descentralizar as sessões da Assembleia só pode ter voto favorável. No último ciclo autárquico da extinta Freguesia de S. João das Lampas, tive oportunidade de participar em Assembleias realizadas em Santa Susana, no MTBA, em Odrinhas, com uma participação bastante significativa de pessoas, muitas delas destas terras. A de Odrinhas foi histórica, pois foi nessa Assembleia que se aprovou a comemoração do Dia da Freguesia. Portanto, neste ponto o meu voto será favorável. Muito obrigado. -----

Vogal Diogo Costa - “Antes de mais, boa noite a todos os presentes. É para dizer, muito brevemente, que a bancada da CDU, como sempre o fez, apoiará propostas deste género, venham elas de onde vierem. Acho que é salutar e uma mais valia para a Freguesia.”-----

Presidente da AF - “Muito obrigado. Permitam-me só, antes de passarmos à votação da proposta dar só nota do seguinte e que faz parte, inclusivamente do ponto dois. Eu atrever-me-ia a solicitar aos elementos desta Assembleia, nomeadamente, às diferentes bancadas, que, de alguma forma nos indicassem os respectivos líderes de bancada, por uma razão muito simples. Não é, por vezes, fácil à mesa, entrar em contacto com todos os elementos e obviamente que seria muito mais fácil, à semelhança do que acontece na Assembleia Municipal, ou na própria Assembleia da República, que existisse um elemento de cada uma das forças políticas e que, de alguma forma, fizesse a ponte entre a

Eusebio
Vera Rocha


mesa e os próprios serviços administrativos (e porque não entre as outras bancadas, também) e se agilizarem os processos. Portanto, eu solicitava às diferentes bancadas e, se assim o entenderem, podemos fazer uma pequena interrupção nesta Assembleia, mas que até ao final desta reunião pudessem indicar aos serviços administrativos, o nome do elemento que entendam poder representar cada uma das bancadas, não invalidando, com isto, que, eventualmente e após ponderação, se possa alterar esse elemento, bastando comunicar essa alteração aos serviços.”-----

“Um outro pequeno esclarecimento relativamente a estas 2 propostas: Eu tomei a liberdade de enviar estas 2 propostas para esta ordem de trabalhos por uma razão muito simples também. Disse-vos, há pouco, que tinha enviado para todos os elementos da Assembleia um e-mail, solicitando a apreciação desta proposta e da outra que iremos analisar de seguida, para tentar, inclusivamente, agilizar alguns processos. Isto não aconteceu porque eu não recebi a totalidade das respostas e recebi também a resposta de um dos elementos desta Assembleia, que manifestou a vontade expressa de analisar e discutir ambas as propostas em sede própria. A sede própria é, efectivamente, esta Assembleia, daí eu ter pedido aos serviços que fizessem a inclusão destas duas propostas. Era o esclarecimento que eu gostaria de prestar. Assim sendo, eu passaria, de imediato à votação da proposta nº 1.”-----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA Nº 1 - (Descentralização de reuniões da Assembleia de Freguesia):-----

Aprovada por unanimidade.-----

Proposta nº 2 - “(Antes de ler a proposta nº 2, permitam-me uma pequena nota. Esta proposta refere a possibilidade (ou não) de alteração ao Regimento, nomeadamente no seu Artigo 32º - Ponto nº 4 e uma alteração ao Regimento relativamente às reuniões descentralizadas. Vou transmitir-vos a minha opinião pessoal, que poderá, naturalmente, não ser coincidente com a vossa, mas estamos aqui para discutir essa mesma questão. Afigura-se, para mim, extraordinariamente importante que numa reunião descentralizada - e se o fazemos é para estarmos mais próximo das pessoas que nos elegeram e dar voz a essas mesmas pessoas - esperando eu que cada vez que se faça uma reunião descentralizada, possamos ter uma sala cheia de público (e espero ser essa a vontade de todos quantos aqui estão presentes) entendi que não faria muito sentido que, numa reunião descentralizada em que tentamos privilegiar a intervenção do público, que se se mantivesse o figurino que está no Regimento, de 30 minutos de intervenção do público. Tomei a liberdade - e a decisão será vossa - de pretender alterar este ponto nº 4, de 30 minutos de intervenção do público, para uma hora . Parece-me mais razoável, não só porque permite um maior número de intervenções, mas também porque permite uma intervenção mais alargada. Não vamos para, por exemplo, Assafora, para poermos ter uma intervenção de 3 minutos por cada pessoa e deixarmos assuntos que são extremamente importantes para aquela localidade, fora dessa mesma reunião descentralizada. Quem diz Assafora, diz qualquer outra localidade desta União de Freguesias. Esta era a pequena nota introdutória que vos queria dar. Passemos então à leitura da -----

Excesso
Voz Rocha


Proposta nº 2 (Alteração do Regimento): “Considerando como fundamental uma cada vez maior interacção entre os membros desta Assembleia e todos quantos residem nesta União de Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem, vem o presidente da Assembleia desta União de Freguesia propor: Ponto nº 1- Alteração ao Artigo 32º, nº 4 do Regimento, no que respeita ao período de intervenção aberto ao público, para as reuniões descentralizadas. Ponto nº 2 - A proposta de alteração do Artigo 32º, nº 4 referir-se-á, especificamente à possibilidade de prolongamento do período de intervenção de 30 para 60 minutos. Ponto nº 3 - Procurar-se-á que esta alteração do período de intervenção dedicado ao público possibilite uma maior interacção entre todos os elementos que desejem intervir, nomeadamente, público, membros da assembleia e executivo da Junta.” “Esta é a proposta e, à semelhança da anterior, solicito que se pronunciem sobre ela.”

Vogal Ana Carioca - “Boa noite, Sr. Presidente, membros da mesa, membros do executivo, colegas vogais, público aqui presente. Sr. Presidente, antes de mais, eu creio que estas propostas estariam intimamente ligadas. Pretende-se a participação, cada vez mais efectiva, dos cidadãos, por um lado - e daí as assembleias descentralizadas, que votamos a favor e sempre fomos a favor - por outro lado, a 2ª proposta prevê o alargamento da intervenção do público nas assembleias. Ora bem, as propostas tal como elas estão apresentadas - e digo isto dada a sua primeira intervenção - a decisão que foi tomada face à participação do elemento do público - acho que são contraditórias e não promovem a participação do público. E eu explico porquê. Em primeiro lugar, porque o Regimento refere-se a público, não a residentes na Freguesia. O público podem ser pessoas que não residem, mas que trabalhem ou que tenham interesses na Freguesia. Portanto, discriminar pelo simples facto de não residir, considero um acto discriminatório que não está no espírito do Regimento, e embora a decisão da mesa seja soberana, acho errada a decisão que foi tomada. Por outro lado, não constando o Regimento da página oficial da Junta de Freguesia, o público não tem, neste momento, conhecimento de como pode intervir na Assembleia de Freguesia e isto foi um dos motivos que levou a bancada do Partido Socialista a votar contra este Regimento, ou seja, por não permitir que a intervenção do público fosse espontânea. Ao sujeitar a intervenção a inscrição a 24 horas do início da sessão, é, desde logo, limitativo, à intervenção do público. E o público não sabe, como foi demonstrado pelo pedido de intervenção negado a um membro do público. Por isso, pessoalmente, considero que, uma vez que se propõe alterar o Artigo 32 do Regimento, se deve incluir se se refere ao público em geral ou, se a maioria assim o entender, o público será apenas residentes na União de Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem, o que eu considero discriminatório e será até ilegal, mas...a maioria decidirá. Relativamente ao que se propõe alterar, de 30 para 60 minutos, acho óptimo porque efectivamente, 30 minutos pode ser muito redutor (pode ser excessivo os 60 minutos, mas 30 minutos nas descentralizadas será, efectivamente, pouco) mas então também terá de ser alterado o nº 4, quando prevê que o número máximo de inscrições é de 8. Se são 3 minutos para 8 pessoas, dá 24 minutos, que não preenche o tempo. A não ser que não se limite o número de intervenções e as pessoas possam inscrever-se ... mas, lá está, não poderiam haver inscrições até 24 horas antes do início da Assembleia. Portanto, das duas uma, ou se elimina o número máximo de intervenções possível e dentro dos 60 minutos as pessoas

7
Ecclesia
Vera Rocha
✶

podem participar, ou se se quer estabelecer minutos e máximo de intervenções, pelas contas que fizemos, teriam de ser, pelo menos cinco minutos, no máximo de 12 intervenções para dar os 60 minutos. É uma sugestão que deixamos. Pronto, creio que é tudo.”-----

Vogal Henrique Martins - “Boa noite mais uma vez. Como já referi há bocado, não tive oportunidade de consultar o novo Regimento, mas o anterior referia o seguinte: Deveres dos membros da Assembleia: Manter um contacto estreito com as populações, organizações populares de base territorial e colectividades da área da Freguesia. Li o que está em acta, que vai ser aprovada daqui a pouco e que expressa o pensamento do Senhor Presidente da Assembleia e no qual me revejo. Saliento o seguinte: nos eventos em que tenho estado envolvido, além do convite para o Senhor Presidente da Junta, também se tem enviado o convite para o Senhor Presidente da Assembleia. Considero que tanto a Junta como a Assembleia devem conhecer o seu território para assim tomarem as decisões mais esclarecidas. Em termos genéricos, a proposta está muito bem, no entanto, em termos específicos, a colega Ana Carioca já referiu alguns aspectos com que pode melhorar, e em que também me revejo.”-----

Vogal Diogo Costa - “Boa noite. Eu subscrevo, na íntegra, o que a colega Ana Carioca acabou de dizer e, com o devido respeito (eu não sei se o Senhor que queria falar ainda cá está) queria pedir, muito sinceramente, ao Senhor Presidente da Assembleia, que autorizasse que aquele senhor pudesse falar, pois na verdade, o Regimento é omissivo. Fala de público, não fala em residentes na Freguesia. É, efectivamente, discriminatório. Provavelmente, o senhor terá interesses, caso contrário, não estaria aqui, mas se não o ouvirmos não vamos saber. Eu pedia, encarecidamente, ao Senhor Presidente que colocasse à votação desta Assembleia, para que pudéssemos decidir e não estarmos a cometer um acto discriminatório. Disse.”-----

Presidente da AF - “Permitam-me que vos responda, nomeadamente no que respeita à limitação temporal de cada intervenção. Obviamente que é meu entendimento que, ou permitimos um maior número de inscrições (isso, eu creio que estará subjacente à proposta) ou então permitiríamos uma intervenção, como eu, inclusivamente fiz, há pouco, referência, a possibilidade de alargar o tempo de intervenção de cada um dos elementos do público. Parece-me razoável, sem com isso haver necessidade de alterarmos esta situação. No entanto, não vejo qualquer problema em aceitar a sua sugestão no sentido de promovermos alguma alteração relativamente ao Regimento, excepcionalmente, para as reuniões descentralizadas. Portanto, se assim o entenderem, não vejo qualquer problema em, mantendo a base desta proposta, aceitar as pretensões da bancada do Partido Socialista, mas gostaria que isso fosse aqui decidido pela Assembleia. Portanto, referia-me há pouco que para além do alargamento do número de inscritos, pretendia o alargamento do tempo de intervenção? Uma ou outra. Se tivermos 8 pessoas a intervir, o que eu já considero que seria interessante, e pudermos permitir, por exemplo, 5 minutos a cada pessoa... Parece-me que poderemos, neste particular das reuniões descentralizadas, sermos flexíveis e o bom senso deve imperar nestas situações. Se tivermos 5 ou 6 pessoas, porque não permitir que elas tenham uma intervenção maior? -----

Esse
Vera Rocha


O que proponha é que surgisse da bancada do Partido Socialista, uma pequena redacção relativamente a este ponto - e estamos a falar sempre do Artigo 32º - e pergunto, qual o ponto que o PS pretendia melhorar nas reuniões descentralizadas?

Vogal Ana Carioca - "O que eu estava a perguntar era se a alteração para os 60 minutos era apenas para as assembleias descentralizadas, mantendo-se os 30 minutos para as realizadas na sede? Se sim, então, é criar um ponto 5, se não gera confusão."

Presidente da AF - "Ou então alterar a redacção do ponto 4."

Vogal Ana Carioca - "Sinceramente, parece-me que fica mais objectivo e com menos sujeição a dúvidas, criar um ponto específico para as descentralizadas".

Presidente da AF. - "Eventualmente. Entendem que será necessário fazer um pequeno intervalo para fazermos uma redacção que permita, depois, colocar à votação?"

(Pausa)

Vogal Ana Carioca - "Então, para não haver dúvidas, propomos a seguinte redacção: "Ponto 4 - O período de intervenção aberto ao público nas assembleias realizadas nos edifícios da Junta sites na Terrugem e em S. João das Lamas terá a duração de 30 minutos, salvo deliberação em contrário da Assembleia, sob proposta da mesa, não podendo cada intervenção ter uma duração superior a 3 minutos e um limite máximo de oito inscrições/intervenções por sessão". Ponto 5- O período de intervenção aberto ao público nas sessões descentralizadas, terá a duração máxima de 60 minutos, salvo deliberação em contrário da Assembleia sob proposta da mesa, não podendo cada intervenção ter uma duração superior a 5 minutos e um limite máximo de 12 inscrições por sessão."

Presidente da AF. - "Muito bem. Vamos então submeter à votação, esta 2ª proposta que altera a redacção do Ponto 4 e introduz um Ponto 5 ao artigo 32º do Regimento". RESULTADO DA VOTAÇÃO :Aprovada por unanimidade.

Presidente da AF - "Dirigindo-me, agora, directamente ao representante da CDU, relativamente à sua proposta e, de alguma forma, recuperando um pouco a intervenção também do Partido Socialista, que parecem coincidentes, pela crítica que me foi feita directamente, nos sentido de discriminação, não tenho por hábito fazê-lo. Entendo que possa parecer, mas não é. Relativamente ao seu pedido, eu não discrimino ninguém. Coloquei, no início desta intervenção, e ainda quando estávamos no Ponto nº 1, recordo-vos que não me parece lógico que voltemos atrás, pois estamos no Ponto 2. No entanto, na altura, eu perguntei ao público, nomeadamente ao Sr. Ilídio, se era residente em qualquer uma das freguesias. Eventualmente, não perguntei, se o Sr. trabalhava ou tinha alguma empresa em qualquer uma destas freguesias. Entendo eu, é a leitura que faço e poderá ser sujeita a críticas e outras interpretações, que fará para mim, todo o sentido que, quem intervém numa assembleia de freguesia numa assembleia de freguesia, nomeadamente na União de Freguesias de S. João das Lamas e Terrugem, o faça porque tem interesses nessas mesmas freguesias. Não faz, para

Escreva
Viva Rocha


mim, nenhum sentido que alguém que não reside ou não trabalha, independentemente da função que exerça nestas freguesias, que venha fazer uma intervenção nesta assembleia, para falar de assuntos que, eventualmente, não terão a ver com esta freguesia. Não sei se seria o caso ou não, não perguntei, mas consideraria a possibilidade de os outros elementos que estavam na sala, se alguém quisesse intervir, que o poderia fazer, inclusivamente, utilizando algumas das ideias que o elemento que queria intervir e que eu, de alguma forma, vetei. Isso não foi solicitado por nenhum dos elementos do público e, portanto, permito-me dizer-lhe que não voltaremos ao Ponto 1, porque ele já está ultrapassado, Isso, sem qualquer tipo de discriminação. Percebo e revejo-me também, quer na sua intervenção quer na do Partido Socialista. Mas como lhe digo, não me parece natural -é a minha opinião- que alguém que não reside ou trabalhe nestas duas freguesias, venha fazer uma intervenção que, eventualmente não seja do interesse desta assembleia o das populações que aqui residem. Percebo a veemência do seu pedido. Registo, mas volto a referir o seguinte: perguntei na altura se o senhor era residente nesta freguesia. Foi-me dito que não e não me foi transmitido qualquer assunto. Ora o regimento é muito claro nesse pormenor: inscrições até 24 horas, independentemente de o regimento estar ou não publicado. Aprovámo-lo e também podemos alterá-lo, se assim o entenderem. Os regimentos não são estanques. São o corpo de trabalho desta assembleia e se esta assembleia entender que deve rever qualquer artigo do próprio regimento, aqui estaremos para o fazer. E não será a mesa, seguramente, que o irá impedir. Aliás, creio que terá percebido que a minha posição é de flexibilidade e, portanto, não será da minha parte que será condicionada qualquer alteração a este regimento. Aproveito, inclusivamente para lhe lançar o desafio de fazer uma proposta. Essa proposta entra na mesa, analisá-la-emos todos e votaremos. Da minha parte não haverá, nem hoje nem nunca qualquer intenção de boicotar o que quer que seja. Espero que seja essa a imagem que todos vós possam ter de mim e dos elementos da mesa. Relativamente a esta situação, é uma situação na qual eu não me revejo, mas não vejo necessidade de voltarmos a este tema.”-----

Vogal Luís Santos -“ A minha intervenção tem a ver com um assunto que toca um pouco a todos nós (e ainda hoje, nas notícias, vi que havia mais um caso) e é relativo à morte súbita por paragem cárdio - respiratória, que provoca a morte a mais de 10 mil pessoas por ano no nosso País, sendo que, muitas delas poderão ser de nossos familiares. Nesse sentido, e entendendo que algo tem de mudar para fazer parar esta tragédia, entendemos que a sociedade civil pode fazer algo e influenciar a tomada de posição existente. Estamos a dinamizar uma petição na Assembleia da República para que, entre outras medidas, se torne obrigatório, com força de lei, o ensino do suporte básico de vida nas escolas. Para tornar essa discussão possível no plenário, teremos de conseguir cerca de 4 mil assinaturas e é nesse sentido que me dirijo a todos vós, lançando o desafio de assinar essa petição para que se consiga atingir os objectivos. Era só isso.”-----

Vogal Henrique Martins - “Sr. Presidente, se me dá licença e antes de apresentar aquilo que tenho preparado, em relação à insistência do colega Diogo, que ainda não conhecia pessoalmente, revejo-me na posição que ele defende. No ponto 1 - Período de intervenção aberto ao público, não nos competia a nós fazermos a intervenção. Fizemos no ponto 2 e pareceu-nos que, quando o senhor presidente

Exceção
Vera Rocha


leu o artigo referente a isso, que havia lá um ponto em que, excepcionalmente, poderia ser dada autorização para intervir. Por isso agradeço que reveja esse ponto. Não é só a questão das 24 horas, é também no próprio dia, em que se pode abrir essa exceção e permitir a intervenção de pessoas não inscritas, nem que seja após esgotados os pontos da ordem de trabalhos e poderemos ficar cá mais 3 minutos, pois penso que todos nós estaremos disponíveis para isso. Em relação àquilo que queria dizer neste ponto de antes da ordem do dia - que dantes era aberto e agora parece-me ser fechado..."-----

Presidente AF - "Não está fechado para assuntos de interesse da freguesia. "---

Vogal Henrique Martins - "Somos autarcas, alguns são também dirigentes associativos, mas acima de tudo estamos ao serviço das populações e das associações das nossas duas freguesias. O contributo que queria deixar, hoje, é aquilo que tenho encontrado nos últimos meses, ou anos. São dois aspectos. Um deles tem a ver com os procedimentos para que as colectividades da União de Freguesias tenham os seus eventos devidamente licenciados e os apoios solicitados, atribuídos. Estes procedimentos são muito exigentes e a formação que é necessário ter, principalmente no domínio de aquisição deste tipo. Saliento que, há 2 anos, a Câmara Municipal de Sintra tomou uma boa opção mas, quanto a mim, faz falta um guia e faz falta aligeirar o que for possível, para que muitos dos dirigentes, que são voluntários e já têm algum peso na idade, consigam ter algum apoio sem ter de estar à espera que um filho ou um neto possam lidar com a situação (eu implica algum domínio das novas tecnologias). Deixo o alerta daquilo que me tenho apercebido, enquanto envolvido nestas coisas, o que já tentei fazer com a Câmara. É muito positivo que, a qualquer hora, pela internet, possamos tratar dos assuntos, mas faltam as instruções e penso que todos nós queremos os eventos devidamente licenciados. O 2º ponto que queria abordar é no âmbito das medidas de auto - protecção e para que se cumpra o que lá está contemplado, os edifícios dos clubes têm de estar em conformidade com os planos de prevenção de incêndios em edifícios. Infelizmente, no início deste ano, numa associação mais a norte, algumas pessoas que lá estavam faleceram. Perante isto, o Estado desenvolveu medidas. Para isso, as nossas colectividades precisam de fazer obras. Ora isto tem custos que podem ser elevados e o prazo já terminou. A Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto já solicitou reuniões e apoio à Associação Nacional de Municípios Portugueses e também à ANAFRE e é do nosso conhecimento que muitos dos edifícios das colectividades desta União de Freguesias, não têm ainda a licença de utilização, pelo que deixamos aqui também um pedido para que, seja da parte do Executivo, seja da parte da Assembleia, dos conhecimentos que tem disso para podermos ajudar as nossas colectividades e associações, para que não haja situações delicadas e, depois, quem está à frente pode vir a sofrer consequências. Obrigado pela atenção. "-----

Presidente da AF - "Muito obrigado. Já agora, permita-me só que lhe diga, não só a si, mas a todos, que a flexibilidade é algo que está bem presente, quando, por exemplo, olhando para a intervenção eu acabou de fazer e que excedeu o tempo que o Regimento consagra e a sua palavra não foi cortada, como é evidente. "-----

Executivo
Via Rocha
X

Vogal Fernando Pires - "Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Junta, Senhores Membros do Executivo, Senhores Vogais, minhas senhoras e meus senhores, para todos Boa noite. Na assembleia próxima passada nós sugerimos ao executivo, a retirada dos bancos de jardim que se encontravam partidos e onde alguém se poderia magoar ao utilizar esses bancos. Foi com agrado que constatámos que os bancos foram retirados com brevidade.-----

Na Barreira também se encontram bancos partidos, sujeitos a provocar agressões a quem os utilizar. A relva deste jardim foi cortada recentemente, pelo que a Junta tem conhecimento desta anomalia, mas os bancos ainda não foram retirados, pelo que sugerimos que o sejam.-----

Sugerimos também ao executivo que fizesse diligências para que a passadeira para peões, em Godigana, fosse repintada. E em Carne Assada, para que fosse instalada ali uma passadeira para peões.-----

Gostaríamos de saber se a Junta já fez algumas diligências, e quais, com vista à resolução destas duas situações, antes que aconteça algo de indesejado, e todos nós sejamos apontados como imitadores de Pilatos, lavando as nossas mãos, e dizendo que "isso é com outras entidades" e nem sequer tenhamos alertado as autoridades competentes para a existência desta situação.-----

Voltando ao tema da execução fiscal. Foi aqui apresentado na reunião anterior, pelo vogal Nuno Cardoso, mas o assunto terá sido menos bem apresentado, foi baralhado, e ficámos a saber nada.-----

No ano anterior, 2016, o executivo deixou por gastar 130.000 euros que transitaram para o ano seguinte. Deste "sucesso", o executivo escusou-se a falar, mas auto - congratulando-se pelo bom desempenho em 2017. Neste ano, o executivo teve à sua disposição o orçamento correspondente, mais o que não gastou em 2016. A diferença de um ano para o outro é de 260.000 euros, em números redondos. Como transitaram à volta de 60.000 euros para 2018, significa que em 2017, o executivo gastou o orçamento correspondente, mais os 130.000 euros que transitaram do ano anterior, o que dá uma diferença de 200.000 euros entre um ano e outro.-----

Apoio às colectividades. Foi falado na reunião anterior que as associações receberam certas quantias, e referindo-se a uma dessas associações, o executivo respondeu que "estava a fazer um bom trabalho para a população". (esta e outras respostas estão omissas na acta, pelo que será necessário corrigir). Também foi focado o facto de o Centro Paroquial e Social de S. João das Lampas não ter merecido qualquer apoio. A resposta, que também se encontra omissa (pelo que será necessário corrigir) foi: "essa associação tem muito dinheiro". Ora, tenha muito ou não, esta sim, é uma associação que presta um bom, excelente e diverso serviço a uma grande parte da população, e não vou enumerar esses bons serviços, porque se tornaria fastidioso. E não são os invisuais que os não vêem. Mas, em um caso, eu não posso deixar de falar: quando foi encontrada uma "senhora nua, da cintura para baixo", em um certo dia, essa associação, que não recebeu sequer um cêntimo, prontificou-se a "dar banho à senhora e dar-lhe alimentação" e, certamente, vesti-la da cintura para baixo, enquanto que outras associações similares, que recebem milhares de euros do

Lucas
Vera Rocha

erário público, ou não se dispuseram a prestar qualquer serviço, ou nem sequer foram importunadas para o fazer.-----

As instalações da Junta de Freguesia, em S. João, não cumprem os requisitos exigidos por lei. É obrigatória a existência de casa de banho para deficientes.---

É obrigatória a existência de secretária adaptada para que os deficientes possam escrever;-----

É obrigatória a abertura de portas de rua para fora, com abertura fácil, e não a abrir para dentro. O caso das portas é uma situação anómala que deve ser resolvida com brevidade, para que não aconteçam casos semelhantes aos que se têm verificado, e que estão, certamente, na memória de todos nós. Pensamos em todos, principalmente nas pessoas que ali trabalham. Tenho dito.”-----

Presidente da AF - “Muito obrigado. Aproveito para fazer a mesma referência que fiz na intervenção anterior, em relação ao tempo que foi largamente excedido. Obviamente que a intervenção foi feita na sua totalidade e é importante que isso fique registado.-----

Relativamente à sua intervenção, eu não irei tecer comentários, porque não tenho comigo a legislação para lhe poder responder, permito-me, no entanto, dizer-lhe que muitas Juntas têm este tipo de porta, que correcta ou não, é o que existe, estou a lembrar-me da Junta de Freguesia de Mem Martins, com uma dimensão bastante superior a esta, tem as portas assim. Registo, no entanto, a sua intervenção e deixarei isso, obviamente, ao cuidado do executivo da Junta, que irá, seguramente, ponderar e analisar a situação e tentar resolver pelo melhor.-----

Presidente da Junta - “Boa noite, Sr. Presidente, Mesa e restantes membros da Assembleia e público, gostava de deixar duas ou três considerações em relação à intervenção feita pelo Sr. Fernando Pires, para dizer que há 9 anos que interajo com a Câmara Municipal de Sintra e há 9 anos que tenho, regularmente, reuniões com todos os departamentos e onde são comunicadas todas estas situações. Claro que não nos podemos substituir à Câmara em, muitas situações, mas não sei se sabe que os bancos são da competência da Câmara e não nossa. Se alguns foram arrançados foi esta Junta que os arranjou. Portanto, se essas questões que levantou forem apresentadas na Assembleia Municipal, serão, com certeza, atendidas. Como muito bem sabe, as passeadeiras são da responsabilidade da Divisão de Trânsito da Câmara e, neste caso, da E. Nacional 247, nem sequer da Câmara são. Inclusive, a Câmara teve um processo de 30 mil euros de multa, por ter pintado uma passeadeira junto à Esferovite, em Vila Verde. Teve que a tirar de lá e, felizmente, o juiz que se ocupou do processo ilibou a Câmara da multa. Portanto, são situações completamente estranhas à Junta de Freguesia e o Senhor tem de acreditar que eu, durante o meu mandato, tenho, sistematicamente, insistido nos assuntos junta da Câmara, inclusivamente em reuniões com o Sr. Vice-Presidente, Dr. Rui Pereira, Dr. Domingos Quintas. Não vale a pena utilizar expressões como “sacudir a água do capote” e que não informamos. Informamos tudo, mas os assuntos que não são da competência da Junta são encaminhados para a Câmara. No que concerne à Junta, os seus edifícios são vistoriados pela entidade que superintende as condições de trabalho e acesso a esta casa e, felizmente, até à data, tirando os pormenores que vão

Excesso
Vera Pires
A

sendo resolvidos, como é a questão da alteração na altura dos extintores, vão sendo devidamente regularizadas. Nós temos acesso para deficientes à área do público e, por conseguinte, o panorama não é tão grave como aquele que o Senhor está aqui a dizer. Haveria mais coisas para responder, mas eu só consegui tirar 3 notas, mas como deixou aqui a sua missiva, eu irei analisá-la e se entender necessário, responder-lhe-ei, por escrito ao que ali pede. Muito obrigado. "-----

3 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Presidente da AF - "Muito obrigado Sr. Presidente, Relativamente ao Ponto 3 da Ordem do Dia, temos o -----

Ponto nº 1 - Apreciar e Votar a Acta nº 4.-----

Relativamente à questão da acta, pergunto se mais alguém deseja intervir. Não havendo, e dado que a última intervenção fazia também referência à acta e a alguma alteração, segundo me parece... (Dirigindo-se ao Vogal Fernando Pires) eu ia pedir-lhe que fizesse referência aos pontos da acta que pretende alterar. "

Vogal Fernando Pires (inaudível, mas referiu que esses pontos se encontravam mencionados no documento que leu e entregou).

Presidente da AF - "Presumo que se trata do parágrafo da sua exposição, do apoio às colectividades!? Muito bem. Permita-me reler este parágrafo: *-Foi falado na reunião anterior, que associações receberam certas quantias, e referindo-se a uma dessas associações, o executivo respondeu que "estava a fazer um bom trabalho para a população". (Esta e outras respostas" estão omissas na acta pelo que será necessário corrigir). ... (Eu admito que será muito importante termos estas respostas em acta. Se não as temos, uma de duas situações, poderão eventualmente ter acontecido: ou o sistema de gravação falhou, ou quem redigiu a acta esqueceu-se de incluir estas situações, o que não me parece que seja justo dizer dos serviços administrativos e do extraordinário trabalho que têm desenvolvido para que todos nós possamos ter as actas. No entanto, pergunto ao Sr. Presidente da Junta se, efectivamente, entende responder a isto para que nós possamos alterar a acta)... continuando: *também foi focado o facto de o Centro Social e Paroquial de S. João das Lampas não ter merecido qualquer apoio. A resposta, que também se encontra omissa (pelo que será necessário corrigir) foi: "essa associação tem muito dinheiro"...*-----*

Presidente da Junta - "Senhor Presidente, eu, sinceramente, não me recordo de ter dado essa resposta." -----

Presidente da Assembleia - "A solução que me parece mais razoável é voltarmos a ouvir a gravação. Não me parece que outra coisa seja possível. Não questiono a idoneidade de quem fez este documento, obviamente, mas também não me consigo substituir a mais doze elementos desta Assembleia. Admito que só um elemento tenha reparado nesta situação e, portanto, não me resta outra possibilidade se não voltarmos a ouvir a gravação na sua totalidade, ou então colocar à votação a acta como ela está agora."-----

*Escreva
Vera Rocha*

Vogal Luis Santos - “Em relação à acta, entendemos que poderá não estar com um rigor a 100%, mas dada a sua extensão e a dificuldade que há em fazê-la, penso que as pequenas falhas de transcrição que poderá ter havido, não é motivo para grandes especulações nem grandes debates, pelo que os membros da nossa bancada que estão em condições de a votar, irão votar a favor, fazendo um louvor aos funcionários que redigiram a acta pelo trabalho que foi feito e pela dedicação demonstrada.”-----

Presidente da AF - “Muito bem, muito obrigado. Pergunto se há mais alguma intervenção? Não. Então vamos colocar à -----

Votação a Acta nº 4 . Votos possíveis - 11 (pois 2 dos presentes não estiveram presentes na reunião em causa); Votos contra -0; Votos a favor 11, pelo que a acta é aprovada por maioria.-----

Ponto nº 2 - Informação escrita do Presidente.-----

Presidente da AF “Passemos ao Ponto nº 2 - Informação escrita do Presidente . Dou a palavra ao Sr. Presidente da Junta.”-----

Presidente da Junta - “De momento nada tenho a acrescentar em relação ao que é dito no documento que está na posse de todos os membros da Assembleia, mas se houver alguma coisa a esclarecer, estarei à disposição.”-----

Vogal Henrique Martins - “Obrigado, mais uma vez. Em primeiro lugar quero agradecer a boa gestão desta flexibilidade (nos tempos usados). Há-de haver assembleias onde os pontos da Ordem de Trabalhos serão mais extensos e mais delicados. Ora, em relação à Informação Escrita do Sr. Presidente, tenho algumas perguntas a colocar. Queria salientar o facto do Multibanco de Magoito já estar resolvido e pergunto se em Odrinhas já existe alguma informação sobre a possibilidade de voltarmos a ter um Multibanco no local onde esteve. Seguindo a ordem apresentada, sobre o serviço de limpeza de bermas e valetas e tendo também em conta o que está na acta, que foi aprovada, quero informar o Sr, Presidente que, num aviso de 8 de Fevereiro deste ano, em Odrinhas, na Rua dos Lavadouros (inclusive dentro do próprio lavadouro) havia lá vários avisos a informar que iam ser aplicados químicos. Depois, em relação aos eventos, gostaria de perguntar se o Festival ou Feira Saloia terminou, foi suspenso ou está para breve, uma vez que era uma mais-valia a continuidade de um evento que tem muito a ver com as nossas freguesias. Nesta questão dos eventos, também o facto de os apoios respeitantes às nossas festas e colectividades, assim como as marcas populares de S. João das Lampas, Odrinhas e MTBA, que tipos de apoio existem e de que forma são atribuídos. Deixo aqui uma nota -e penso que o Senhor Presidente já sabe - que a Câmara Municipal de Sintra reforçou o apoio financeiro às marchas e retomou o desfile das marchas em Sintra, no dia do feriado municipal. Gostaria de informar todos que a Sociedade Futebol Clube Os Odrinhenses, com a sua marcha, foi a primeira a solicitar esta retoma. E também pediu -e vai ter novamente, este ano -o espaço do Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas, para a exibição de várias marchas, pelo que lanço o desafio para que não percam esta oportunidade de ver estes excelentes intervenientes na cultura da nossa região. Depois, a questão do PDM. Queria salientar que houve uma sessão de esclarecimento na Sociedade de S. João das Lampas, aqui ao lado,

Exec
Van Rocha
★

há pouco tempo, e gostava de salientar que os mapas já estão disponíveis para consultarmos, especialmente os que nos interessam a nós. Tudo interessa e a brochura que nos foi disponibilizada está muito bem, mas no concreto, irá haver muitas alterações que são significativas, pois há terrenos urbanos que passam para rústicos. Esqueçam tudo o que estava no anterior PDM. É bom que o façam, pois até 20 de Agosto podemos ainda sugerir, reclamar, intervir para que as coisas sejam feitas em conformidade. A questão dos passeios com os idosos. Foram feitos quatro passeios e pela interpretação que faço, há uma diminuição do número, mas vai mais gente de cada vez. Dá para pensar um bocadinho nisso para ver se será a solução mais adequada. É que, juntando as duas freguesias, provavelmente haveria a necessidade de se realizarem mais alguns passeios, pois elas são compostas por uma população que já tem alguma idade. Outro aspecto que li...pareceu-me que era possível à Junta contratar mais gente, só que isso tem implicações, não é?! Passaria a haver menos dinheiro para outras coisas. Portanto, se contratarmos mais uns funcionários para dar resposta às necessidades da Freguesia, ficará menos dinheiro para aplicar noutras coisas. É o que eu deduzo da leitura da acta, pelo que se quiser esclarecer que outras coisas poderão ter implicações negativas, agradeço. É que, ter mais um funcionário, poderá ter implicações positivas naquilo que são as respostas imediatas às necessidades deste nosso território. Obrigado pela vossa atenção."

Presidente da AF - "Muito obrigado. Sr. Presidente, tem a palavra."-----

Presidente da Junta - "Se me permite, eu vou começar pelo fim. Nós não podemos contratar funcionários a torto e a direito, como deve calcular, porque há leis a cumprir. A única coisa que nós podemos fazer é contratá-los em regime de avença, mas para isso, tem de estar aprovado no orçamento que deverá ter cabimento para isso. Também temos alguma dificuldade em prever se as pessoas estão de baixa ou não, pois temos um funcionário de baixa há 6 meses (que era o coveiro da Terrugem, ou melhor, o assistente operacional com funções de coveiro). Também, este mês, acabou como avençado ao serviço desta Junta, o Sr. Mariano, por limite de idade e também tem estado doente. Ele, de facto, já tinha muita dificuldade em fazer certos trabalhos. Já não vem mais e por isso nós reforçámos com mais duas avenças para continuarmos com 4 funcionários a fazer assistência a dois cemitérios e infelizmente, quase que não temos tempo para fazer mais nada. A quantidade de falecimentos ocorridos ao longo deste último ano faz com que os nossos homens, praticamente, não façam mais nada que é estar nos cemitérios a abrir covas, a fazer funerais, a limpar as terras. Em relação aos passeios, dantes nós fazíamos dez passeios a locais diferentes. Contemplavam 320 pessoas. Agora fazemos 4 passeios e contemplamos os mesmos 320. Não há aqui nada de especial: vai o mesmo número de pessoas, mas simplesmente não temos locais para levar as pessoas. Nós já fizemos setenta e tal passeios em 9 anos. Já temos os locais todos visitadas e para não haver repetição, arranjamus um local determinado e é para lá que vão as 4 sessões de passeios. Digo-lhe que não é fácil até porque os museus deste País, especialmente os de Sintra, são incomportáveis para uma Junta de Freguesia lá poder levar os seus fregueses. Os passeios são durante a semana, pois não vamos tirar de casa as pessoas ao fim de semana, quando elas estão acompanhadas pela família. Como os preços para ir à Regaleira ou ao Palácio de Queluz, por exemplo, são muito caros, temos de arranjar outras soluções. No que respeita a haver mais

Ec...
Vna Rocha
A

gente, não há. Temos até dificuldade em ocupar os 150 lugares que reservamos para a Terrugem. Ainda não houve um único ano em que a Terrugem lotasse os lugares disponíveis, que acabam por ser completados com os excedentes de S. João. Em relação ao apoio às marchas, há que ver que a Câmara tem um orçamento de 147 milhões e nós temos um orçamento de um milhão. Até aqui, estivemos sozinhos a apoiar as marchas. No ano passado a Câmara deu o mesmo que nós e se agora reforçou, ainda bem - e tem dinheiro, até, para reforçar muito mais, mas vamos tomar boa nota e, se for possível, também reforçaremos o apoio às marchas no próximo ano. Até pode ser que para o ano as marchas queiram interagir com a Junta e se faça um grande festival de marchas no multiusos, que é aquilo que eu ando a pedir há 2 anos e não encontro receptividade por parte das nossas marchas. Em relação ao Festival de Pão Saloio, é verdade: não vai haver Festival de Pão Saloio! É uma decisão do executivo, porque não temos pessoas para isso. É muito triste, mas nós temos na Freguesia 11 ou 12 pessoas a produzir diariamente um pão saloio que é maravilhoso e depois não temos quem queira ir dois ou três dias para o Festival do Pão Saloio. Como também, no ano passado, não conseguimos ter uma pessoa a vender o que quer que fosse sobre agricultura. Já foi difícil lá colocar as alfaias e outras coisas, depois, para chamarmos algumas pessoas - porque a data também é complicada e um festival destes requiere pelo menos 3 dias - Depois há os artistas para atrair gente e isso é bastante caro. Então, o executivo entendeu reforçar a Feira do Fumeiro e a Feira Medieval, essas sim, com bastante gente. E nós, em vez de termos 3 feiras, sendo uma delas muito fraca, optámos por ter 2 boas, por muito que custasse acabar com a do Pão Saloio. Em relação aos herbicidas, a Junta, em 2018 e sob a sua responsabilidade, ainda não colocou um litro de herbicida na sua área. É uma decisão do executivo que vai ter de ser ponderada. E digo porquê? Nos cemitérios, em hora morta, aplicamos herbicida se não, é incontrollável o crescimento das ervas e como não temos pessoas para estarem permanentemente dentro dos cemitérios, no seu interior, e de longe em longe, colocamos herbicida nos dois cemitérios e o empreiteiro que tem o serviço ds jardins, coloca os herbicidas próprios para eliminação de pragas nos jardins e áreas adjacentes.-----

Em relação ao Multibanco é verdade que começou a funcionar há uma semana, foi um trabalho muito complicado, porque andámos a ser esquecidos pela empresa que, desde há muitos anos, solicitou a esta Junta que fosse feito um posto de Odrinhas e outro em Magoito, para aí funcionar um Multibanco. Essa mesma empresa que, durante todos esses anos funcionou connosco, recusou-se liminarmente a ir para Odrinhas (cheguei a ter uma conversa com o Senhor Presidente da Câmara e com a Senhora Directora Municipal de então, a Arquitecta Isabel Queiroz do Vale) para se reconstruir aquele edifício que teve de ser implodido porque, após o assalto, não ficou minimamente em condições de ser utilizado. Como o banco não quis saber e recusou, as negociações ficaram por aí. Entretanto esse mesmo banco, que se tinha recusado a trabalhar connosco, paralelamente, sem nós sabermos, foi trabalhar com um particular e colocou um multibanco numa unidade comercial sem comunicar à Junta, quando nós estávamos à espera que esse banco nos dissesse alguma coisa, pois a última informação era de que estava à espera do relatório policial. Qual não é o meu espanto, quando vejo essa mesma entidade colocar um multibanco numa unidade

*Escreva
Vare Rocha*
★

comercial, em que a mesma abre às 9,00H e fecha às 7;00H da noite e está fechada aos domingos e feriados. Ora, esse multibanco não serve a população do exterior, mas apenas a que utiliza aquela unidade comercial. Entrámos, então, em negociação com outro banco e, num mês, foi lá colocada a máquina. Foram apenas necessárias obras de muito pequena monta (resolver uns problemas eléctricos e a pintura do interior e, felizmente, já lá está essa unidade. Em relação à de Odrinhas, eu penso que a colectividade seria o ponto ideal para que houvesse um multibanco em Odrinhas. Isso é uma proposta que eu faço. Ali ou numa unidade comercial que possa trabalhar todos os dias. Nós para fazermos uma construção idêntica à que lá estava, vamos ter de meter um projecto à Câmara e uma série de situações, que não temos problema algum em fazê-lo se não houver solução por parte de outras entidades. Poderemos perfeitamente, no próximo orçamento, termos em atenção essa construção. Mas, como devem calcular, só o licenciamento, a nível de urbanismo, demora mais de seis meses. Também não sei se será preciso o parecer da Força Aérea, que é outra coisa a complicar o processo. Muito obrigado.”-----

Vogal Ana Carioca - “Eu queria retomar um pouco aquilo que disse o Henrique e também a resposta que o Senhor Presidente do executivo deu, só para esclarecer porque, sinceramente, fiquei confusa. Isto porque o Sr. Presidente disse que a Junta, este ano, não aplicou herbicidas. Mas, curiosamente, temos fotografias de um aviso com papel timbrado da Junta de Freguesia sobre a aplicação de herbicidas, datado de 8 de Fevereiro de 2018. A minha questão é: foi a Junta que os colocou ou não foi?”-----


Presidente da Junta - “Foi o empreiteiro que está ao serviço da Junta, na manutenção dos jardins e áreas adjacente.”-----

Vogal Ana Carioca -“ Pronto, mas com o conhecimento da Junta, tanto assim que o papel timbrado é da Junta, logo foi a Junta que colocou os avisos através do empreiteiro. Essa era uma questão que eu gostaria de ver esclarecida porque fiquei confusa. Relativamente à informação escrita do Sr. Presidente, eu também já enviei um e-mail aos serviços, porque considero que, neste momento, a situação da Freguesia no que toca à limpeza de bermas e valetas é, sinceramente, assustadora. Está, neste momento, em causa, a segurança dos peões e de todos os que circulam nas vias. Os peões não têm as poucas valetas que existem para poderem circular, em muitos locais, têm necessariamente, de andar pela estrada e se se cruzam dois carros, só com alguma destreza é que, felizmente, não acontecem desgraças, existem placas com nomes de localidades e sinais de trânsito tapadas pela vegetação; existem rectas e curvas sem visibilidade dada a vegetação que cresce e tem mais de um metro (há locais em que é mais alta do que eu). É assustadora a situação da limpeza da nossa Freguesia nesse aspecto. Eu lia atentamente as explicações dadas pelo Sr. Presidente na informação escrita, mas não posso deixar de referir que é um sacudir de água do capote. Dizer que a Câmara não transfere verbas, que não podemos colocar herbicidas... Sr. Presidente, nunca o território destas duas freguesias esteve assim. E sempre os trabalhos foram feitos com verbas transferidas. Portanto, alguma coisa se passa. Se a verba não chega -e eu fui verificar, aliás vem depois na explicação do resumo do controlo orçamental da receita o valor correspondente ao “protocolo da conservação e manutenção de vias” que tem

Execut
Vera Rolão


um critério de atribuição de verbas pelo município para todas as freguesias e, portanto, em todas as freguesias o problema se colocaria... Refere que para a Freguesia de S. João das Lampas e Terrugem são transferidos anualmente - e creio que é este o valor que continua em vigor para 2018 - cerca de 116.700,00€, O que dá uma média mensal de cerca de 9.500,00€. O que eu pergunto, e gostaria que o Sr. Presidente informasse por escrito, é qual o custo que o executivo tem, efectivamente, com a limpeza de bermas e valetas? Para se ver se chega ou se não chega. Não é fácil gerir recursos, mas os recursos têm de ser geridos. Creio que o estado em que actualmente se encontram as bermas e valetas - e que é visível por todos - nos mostra que alguma coisa tem de ser feita. Se a verba não chega, o executivo tem a possibilidade de invocar interesse público e de denunciar o protocolo. Tem que agir. Dizer que a verba não chega, creio que... . Antes de mais, a segurança de todos os fregueses, de todas as pessoas que circulam nas vias da nossa Freguesia, que, efectivamente, está em perigo. E se o executivo for confrontado com a responsabilidade de um acidente devido à falta de limpeza de bermas e valetas, pois com certeza que terá que agir, mas antes disso poderão ser tomadas medidas. Por isso apelo, sinceramente, para que o executivo, dentro dos recursos que tem (o valor total dos protocolos é de 307 mil euros, ou seja, cerca de 151 mil para os espaços verdes 116 mil de protocolos das vias e 36 mil dos recintos e parques e 4 mil dos polidesportivos). É claro que, também de acordo com o protocolo, os trabalhos têm de ser sujeitos a relatórios para que as verbas sejam transferidas. E já agora, aproveito também para que seja informada dos relatórios referentes à conservação e manutenção de vias. Se o executivo tem de apresentar relatórios para que as verbas sejam transferidas, gostaria que nos fossem facultados os relatórios do primeiro semestre de 2018. Obrigada.”.....

Presidente da Junta - “Como deve calcular a entidade responsável pela manutenção das bermas e valetas é a Câmara, que delega na Junta de Freguesia, por protocolo, com uma verba de 116 mil euros por ano, que é integralmente gasto. Quando fala nos protocolos no valor de 307 mil euros, como vogal desta assembleia há muitos anos, sabe perfeitamente como é que isto funciona. Quero-lhe dizer que em 2004, quando a Dr^a Edite Estrela lançou os protocolos das bermas e valetas, atribuiu só à Freguesia de S. João das Lampas 204 mil euros e durante muitos anos esse protocolo foi assumido pela Câmara. Neste momento, as duas freguesias têm só 116 mil euros. Não servindo de consolo a ninguém, as outras freguesias estão com o mesmo problema que nós. O problema é geral e a própria Câmara, nas assembleias municipais onde intervenho várias vezes, admite o problema. Também, não sei se sabe, somos a única freguesia que não tem cantoneiros. Porquê? Nem o Senhor Presidente da Câmara me sabe dizer. Agora dizem que, em Janeiro, vão pôr cantoneiros cá na Freguesia. Mas eu pergunto: quantos são e quanto tempo? Há oito dias apareceram uns funcionários em Magoito, limparam apenas um lado do passeio, andaram por lá uns dias, foram-se embora e deixaram a outra parte por fazer. Também lhe quero dizer que a limpeza dos passeios e das calçadas não são da competência da Junta, nem os baldios, nem os espaços entre a berma da estrada e os muros. Mas quando vamos para a rua, não fazemos a limpeza só da valeta e deixamos o passeio para trás. E se for ao Arneiro dos Marinheiros, andou lá uma equipa da Câmara de 4 pessoas (porque houve uma reclamação) e foi limpo apenas a frente de dois

EuroB
Vera Rocha


portões e deixaram as bermas e as ruas limítrofes por fazer. Tudo isto, não sei se se apercebeu, as alterações atmosféricas são as grandes culpadas desta situação. Tenho relatórios semanais de toda a actividade que temos vindo a desenvolver pela nossa equipa e pelos empreiteiros. Posso dizer-lhe que Assafora foi intervencionada, na totalidade entre 2 e 26 de Janeiro e vai acontecer o mesmo durante o mês de Julho em que pela 2ª vez vamos limpar a freguesia. Não temos condições, não temos dinheiro. Temos uma equipa diária na rua, em que nós pagamos sete mil e tal euros por mês a uma equipa composta por um camião e 4 homens com roçadoras. Depois temos o nosso trabalho com um tractor na rua, um mini-tractor também... essas despesas todas perfazem os 116 mil. E não chega. Estou farto de pedir à Câmara que nos reforce os valores. A nossa Freguesia tem 87 Km²; a estrada que vai de Vila Verde a Assafora tem 10 Km. Ida e volta são pelo menos 18 km de bermas. Se calhar, S. Marcos não tem 18 km de estradas na sua freguesia. Mas recebe 400 mil euros para limpar ervas, porque tem 37 mil pessoas. E a senhora concorda com os cálculos. As freguesias rurais, independentemente de quem as governa, ninguém concorda com os cálculos e há muito tempo que andam a solicitar à Câmara a revisão do protocolo para as freguesias rurais. Dou-lhe um exemplo: Monte Abraão, Massamá Cacém, S. Marcos, freguesias com 4 km² não têm canas, não têm ervas como nós temos, não há a mínima comparação possível com as freguesias rurais. Em suma, com este tipo de protocolo é impensável termos as ervas controladas. Era possível até há coisa de 3 anos, mas com as alterações atmosféricas que se têm registado, é impossível fazermos isso. Posso dizer-lhe que estivemos em Vila Verde no dia 14 de Abril (cortamos Vila Verde completamente) e hoje não se pode passar nas ruas de Vila Verde, 2 meses depois. E eu pergunto: - haverá alguém que consiga resolver esta situação? Quando começo é em S. João das Lampas, faço Bolelas, Monte Arroio, Amoreira, Areias, A-do-Longo, Almogrove, Assafora, Cortesia e Catribana. Levo um mês a fazer isso. Só agora, em Julho é que lá voltamos. Ainda nem sequer fomos a Magoito (começamos amanhã, a fazer Magoito, Tojeira, Bolembre e Arneiro). Depois voltamos a começar em S. João. Demora 6 meses a repetir o processo. Gastamos os 116 mil euros. Este valor não é apenas o que se paga ao empreiteiro, pois há também a considerar os custos da nossa equipa que intervém no assunto: O tractor (que agora avariou), homens, roçadoras, combustível, etc que também devem ser contabilizados e perfazem os 116 mil euros. Mas parece que a Câmara vai reforçar as verbas, pelo menos das freguesias rurais. E também digo que estas alterações climatéricas - não tenha dúvidas que contribuem muito para esta situação - mas também o facto de não estarmos a aplicar herbicida também ajuda. Quando o púnhamos estava três ou quatro meses sem aparecerem ervas. Os outros protocolos com que se totalizam 307 mil euros, cada um deles tem o seu destino. Não podemos estar a misturar as coisas. Mas os relatórios dos outros protocolos até é a Câmara que os faz e fiscaliza e nós assinamos. Só o das valetas é que somos nós a fazer. É impressionante é que até a Câmara, mesmo tendo consciência do que se verifica, não consegue debelar esta questão.".....

Presidente da AF - "Muito obrigado Sr. Presidente. Registo com agrado o facto de não existirem conversas cruzadas. E agradeço-lhe (à vogal Ana Carioca) ter permitido a intervenção do Sr. Presidente.".....

*Escusa
Vera Rocha*

Vogal Ana Carioca - "Só para referir que eu tive o cuidado de anunciar, em cada protocolo, qual a verba que lhe estava destinada. Sr. Presidente, governar não é só para as coisas boas. É também para as coisas más e, portanto, têm que se tomar decisões difíceis e não se pode só esperar que as coisas estejam mal - e estão mal, realmente a limpeza das bermas e valetas está mal - mas queixarmonos também, não é solução. Temos que encontrar outras soluções, que não sejam queixar e considerar que a culpa é dos outros, ou porque a verba não chega, ou porque isto, ou porque aquilo. Eu sei exactamente em que consiste o protocolo de conservação e manutenção de vias - tenho-o aqui - proceder à reparação de passeios, proceder à reposição de elementos de protecção (que o Senhor Presidente sabe tão bem ou melhor que eu) e também sabemos como é que se distribui a verba. O Senhor Presidente achou por bem colocar na minha boca palavras que eu não disse. Eu não concordo, ou pelo menos não lhe disse aqui que concordava com a forma como as verbas são distribuídas. Há 25% que é igual para todas as freguesias (13 mil euros para cada freguesia); 25% em função da área (nós temos uma área maior que outras freguesias) e 50% em função da população. É efectivamente um desequilíbrio. Não me ouviu dizer outra coisa. Agora, isso, por si só, não significa que a Junta não tenha que tomar medidas, posições, se entende que o dinheiro não chega, para que a limpeza seja feita. E eu continuo a pedir que me sejam facultados os relatórios e os custos efectivos do primeiro semestre de 2018. Tudo aquilo que o Senhor Presidente disse não retira nada ao pedido que eu fiz anteriormente. Obrigada."-----

Presidente da Junta - "Não quero estar, de maneira nenhuma a tirar nada àquilo que a Senhora diz. Agora o que eu lhe digo é que, semanalmente, eu falo com a Câmara sobre esses problemas. E se é tão crítica, indique uma solução. Diga como é que eu, não podendo gastar mais que os 116 mil euros... é fácil chegar ali e dizer aquilo que lhe apetece. Agora, se eu tenho que cumprir um protocolo com a Câmara (e até hoje a Câmara nunca disse que a Junta não cumpriu um protocolo). Os técnicos da Câmara têm consciência das dificuldades de, com este dinheiro, fazer o trabalho. Não posso andar a saltar, como as pessoas querem, porque vou saltar desta localidade para a outra. Isso não faço. Sigo um programa que está delineado desde o início e é assim que ele vai até ao final do ano. Foi assim que sempre se fez, simplesmente há outras questões exteriores que nos obrigam a não poder trabalhar mais. Não podemos obrigar as pessoas a trabalharem 16 horas por dia nem arranjar duas equipas (porque 4 homens por dia e, ao Sábado, reforçar com 6 ou 10 homens...)."-----

Vogal Ana Carioca - "Só para dizer que eu sei que o Senhor Presidente lida um bocadinho mal quando lhe perguntam directamente as coisas e quando lhe apontam o que está mal, mas, Sr. Presidente, a vida é assim. E respostas eu não lhe dou porque não sou governo (desse lado), sou oposição. Se calhar até tenho alguma sugestão, mas não me compete a mim. Quanto ao resto, eu circulo todos os dias na Freguesia, mais do que uma vez, e, efectivamente, não vejo essas equipas. Deve ser azar meu. De vez em quando vejo homens com roçadoras mecânicas, vejo sim senhor, mas nos espaços ajardinados, que, como diz e bem o Senhor Presidente, é outro protocolo. Mas deve ser problema meu, que não consigo encontrar com tanta frequência as tais pessoas que circulam para fazer a limpeza. Mas andarão por aí, com certeza."-----

*Excm.
V.ª R.ª*
A

devidamente licenciado. Em relação ao PDM, também não foi dito mais nada e eu lanço o desafio para se utilizar a página da internet da Junta e o *facebook* para alertar as pessoas a mexerem-se e verem o que é que lá está e verem se há implicações ou não, pois até 20 de Agosto é possível alterar (ou não). Depois de 20 de Agosto, se calhar, será muito mais difícil. Portanto, a Junta poderá dar um contributo nesse sentido. Em relação aos museus é bom referir que não é tudo a mesma coisa. Os museus de Sintra, praticamente são todos gratuitos. A Quinta da Regaleira já é outro tipo de património, mas o Museu de História Natural, O Museu Ferreira de Castro, etc, se calhar não têm capacidade para lá ter 85 pessoas mas é diferente. O Palácio da Pena o Palácio de Queluz é outra situação. Temos também o Museu Arquelógico de S. Miguel de Odrinhas, que é mesmo museu e não tem nada a ver com a outra situação. Percebo essa vertente, mas não convém misturar. Mais uma vez, obrigado."-----

Presidente da AF - "Muito bem. Já lhe dou a palavra, Sr. Presidente, só para fazer uma referência a esta última intervenção, que registo com bastante agrado, pelo facto de ser, quase toda, do interesse das Freguesias. Permita-me, no entanto, que lhe diga que estávamos a analisar a informação escrita do Sr. Presidente e, eventualmente, fugimos um bocadinho à temática do ponto, dado que ela não está bem explícita. No entanto e atendendo a que era de assuntos do interesse da Freguesia, eu registei, mais uma vez, o excesso de tempo, mas obviamente que me permiti deixá-lo terminar. Dou a palavra ao Sr. Presidente que quer intervir relativamente a esta última intervenção."-----

Presidente da Junta - "Em relação às marchas, o Sr. esteve (ou está) no Futebol Clube Os Odrinhenses e, portanto, tem conhecimento dos apoios que nós anualmente demos à Marcha de Odrinhas. O apoio para este ano vai ser rigorosamente o mesmo, mas é dado à colectividade. Vai junto ao apoio anual. Quando falou que não disse a alguém sobre o que pretendia fazer com todas as marchas, é verdade, eu não falei com nenhuma direcção de colectividade. Falei com os responsáveis pelas 3 marchas para transmitirem às direcções dos clubes a intenção da Junta apoiar naquilo que fosse necessário, para que se fizesse um grande festival de marchas do Concelho de Sintra. Gostava que pudéssemos trazer as marchas todas do Concelho de Sintra, juntamente com as nossas, ao espaço Multiusos, num fim de semana, em que as pudéssemos mostrar todas. Isto porque a Câmara tinha acabado com essa situação na Volta do Duche. Como a Câmara alterou o seu procedimento e já está a fazer nesse local, essa apresentação ao Concelho, não é de bom tom eu estar a insistir novamente para entrar em conflito com a Câmara. Acho lindíssimo que a Câmara faça, na Volta do Duche, a apresentação de todas as Marchas do Concelho. Mas, caso as marchas se unam, nós estaremos a apoiar, mas terão de ser as marchas a trabalhar nesse sentido, não é a Junta. Agora é uma questão das colectividades interagirem umas com as outras. E porque é que têm de ser as colectividades? Porque eu percebo que, pelo menos duas das marchas não estão bem articuladas com as direcções. Ainda hoje recebi um convite de uma suposta "Marcha de Odrinhas" - entidade que eu não sei quem é - a convidar-me para ir ao desfile da marcha. Eu declinei o convite porque, institucionalmente, não vou estar lá como Presidente de Junta. Poderei ir como Guilherme Ponce de Leão, como cidadão comum. Nunca como Presidente de Junta, até para não criar confronto entre direcções e os grupos das marchas. O mesmo acontece em S. João das Lampas em que há um grupo

*Excm^o
Vereador
Rocha*



Presidente da AF. - "Só queria pedir-vos para tentar evitar diálogos, mas faça favor."-----

Presidente da Junta - "Eu vou terminar, Sr. Presidente. Eu não tenho problemas nenhuns em indicar antecipadamente para onde as equipas vão. Ainda este fim de semana andou uma equipa com sete ou oito homens na Amoreira; está uma, há um mês, terminou hoje, em Aldeia Galega, Fontanelas e Gouveia. E todos os Sábados andam pessoas na rua. Tenho pena que não os veja, mas a Freguesia tem 87 Km2."-----

Vogal Henrique Martins - "Muito obrigado. Será a minha última intervenção, por hoje. Mas antes de referir o que tenho aqui apontado, queria agradecer estas quase duas horas em que estamos aqui e ver que as diferentes bancadas estão muito bem representadas e defendem os seus pontos de vista, o que é uma satisfação. Não sei quando cá voltarei, mas é uma satisfação ver que o grupo está bem constituído e era bom que outros também tivessem oportunidade. De qualquer forma, em relação aos herbicidas, fui eu que fiz a afirmação de ter visto o aviso no dia 8 de Fevereiro, em Odrinhas (não foi no Arneiro) e tirei fotografia, quando andava ali a passear com a minha filha. Multibanco em Odrinhas. Excepcional. A proposta é excelente. No entanto, eu assumi o papel de presidente da direcção em 9 de Outubro de 2016 e cessei o mandato em 31 de Outubro de 2017, que foi prolongado até final do ano de 2017 e depois houve uma nova direcção a tomar posse no dia 9 de Fevereiro de 2018. Irei transmitir ao novo presidente da direcção, mas, formalmente, deverá ser feito um mail para a Sociedade Futebol Clube Os Odrinhenses, ou falar directamente com o Presidente da Direcção, para que a Sociedade veja se, de alguma forma, o Multibanco pode ser lá colocado. Posso ser intermediário (sou apenas o presidente do Conselho Fiscal), mas estas situações devem ser tratadas directamente com a Direcção, através do mail institucional do Clube. É uma proposta com algum interesse, que permite a Odrinhas ter um Multibanco. O Senhor Presidente falou também em relação à marcha. Eu fiz a pergunta de que apoios eram dados a marcha de Odrinhas, S. João e MTBA, que são apoios directos; também sabemos que o autocarro está disponível excepcionalmente, mas em relação a apoios financeiros, quanto é que está previsto atribuir a cada uma delas. As diferentes marchas fazerem um espectáculo aqui no Espaço Multiusos, posso salientar que enquanto dirigente nunca recebi qualquer convite formal. Se o convite foi lançado à equipa da marcha, terá de ser melhor clarificado aquilo que se pretende, mas eu acho que sim, perante os apoios que a Junta dá, seria interessante arranjar uma data que fosse favorável a todos. O espaço do Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas é digno, sem dúvida alguma, mas perante o desejo do Sr. Presidente tem, compreendo que... mas também tenho percebido que há dificuldades, pois as marchas da Freguesia vão a todo o lado e arranjar datas torna-se difícil. Mas se o desafio for feito atempadamente, estou convencido que todas as marchas farão os possíveis para isso. A questão que eu também coloquei anteriormente, sobre a protecção contra incêndio dos edifícios das associações, parece que não há conhecimento de nada disto e eu gostava de saber o que é que a Junta pensa sobre a matéria. Em relação às licenças dos eventos, se se revêm naquilo que nós dissemos, se há dificuldades ou não. Seria conveniente que todos percebêssemos que se conseguirmos aligeirar e tivermos um dia, uma forma de fazer mais facilmente qualquer evento

Lucas B
Vera Rocha


autónomo dentro da própria colectividade, em que as coisas são feitas um bocadinho ao arpejo das direcções. Isto é para lhe dar em resposta que não falei com as colectividades mas sim com os responsáveis pelas marchas. Disse aos 3 para fazerem um grande evento de marchas do Concelho de Sintra, aqui em S. João das Lampas, que a Junta apoia. Vocês organizam, apresentam o projecto e a Junta subsidia. Portanto, este é o esclarecimento a dar. Os apoios vão ser de mil e quinhentos euros para cada uma das marchas. Em relação às instalações, parece-me que deveria saber o esforço que a Junta tem tido a tentar, perante a Câmara, nesse sentido. Só que, na última presidência aberta, aqui em S. João das Lampas, fiz um apelo veemente para que a Câmara ajude todas as colectividades da Freguesia, de uma vez por todas, a legalizarem-se. Há pouco tempo fizemos, aqui, uma reunião com todas as colectividades e associações para, concorrerem aos apoios dentro dos prazos - os apoios avulsos acabaram, pois temos de cumprir com o regulamento e com a lei - e nessa reunião magna em que estiveram todas as associações excepto os Bombeiros de S. Pedro e os Bombeiros de Montelavar, estivemos a explicar novamente, a forma como devem concorrer ao programa de apoio ao associativismo. As que não concorrem, à face da lei não podem ter subsídio. No final dessa reunião, ficaram cá as colectividades que têm instalações próprias e foi-lhes pedido novamente para se unirem todas (estive cá o Presidente da Sociedade de Odrinhas, que foi uma das pessoas mais interventivas) em que lhes solicitei para se reunirem e depois virem ter com a Junta para irmos juntamente a Sintra para uma reunião com o Departamento de Obras Municipais e Sr. Presidente da Câmara, para se ver se se encontra uma forma qualquer de ajudar as colectividades a legalizarem-se e a ultrapassar a burocracia tremenda que existe.


Presidente da AF - "Muito bem. Para não monopolizarmos esta sessão, vou só permitir outras intervenções..."

Vogal Fernando Pires (inaudível, por não ter utilizado o microfone), mas perguntou à mesa, quantas intervenções poderiam ser feitas por cada membro.

Presidente da AF - "Se não se importa, para que possa ficar registada em acta a sua intervenção, peço-lhe que se dirija ao microfone como é feito em todas as intervenções. Eu não posso abrir um precedente permitindo que as intervenções sejam feitas noutra sítio.

O Vogal Fernando Pires disse que não seria necessário e que se não ficasse em acta, já não estranharia.

Presidente da AF - "Peço-lhe o favor de... Não é uma questão de não querermos pôr na acta. É uma questão de todos agirmos da mesma forma. Eu respondo-lhe muito facilmente. Estamos a fazer intervenções relativamente à informação escrita do Sr. Presidente. Temos várias bancadas nesta sala e todas as bancadas têm o mesmo tempo de intervenção. Se a bancada do Partido Socialista tiver, por exemplo, 15 minutos, a bancada do CDS terá 15 minutos; a bancada do PSD tem 15 minutos; a bancada da CDU tem 15 minutos; e assim sucessivamente. Ninguém subtrai um minuto a nenhuma das bancadas. Quando o senhor pretender intervir, é uma questão de perceber quantas pessoas da sua bancada pretendem intervir e dividimos por esse número. É o que temos feito sempre. Não estamos a criar nada de novo. Estamos a fazer intervenções - e hoje admito que estejamos

Euclides
Vera Rocha


com intervenções superiores aos 3 minutos - mas, como tem facilmente percebido, quem tem solicitado a palavra tem sido o Partido Socialista. Solicitou o senhor, agora, e muito bem e agradeço a sua intervenção e poderá fazê-lo sempre que entender. Quer eu, quer os elementos da mesa, registamos o seu pedido e damos-lhe a palavra.”-----

Vogal José Morais - “Boa noite a todos. Eu só queria fazer uma pergunta ao Senhor Presidente do Executivo. Quanto ao PDM, eu intervim junto do Sr. Presidente da Câmara de Sintra e gostaria de saber se havia alguma informação sobre isso. Ontem falei com o Dr. Jorge Coelho e ele também não sabia de nada. E quando estivemos aqui, na Presidência Aberta, com o Sr. Presidente da Câmara, falou-se aquilo a que o nosso colega se referiu agora, sobre a legalização das colectividades, e ele pediu à técnica presente para tomar notas dessas situações, para legalizá-las o mais rápido possível. A mim disse-me a mesma coisa. E em relação aos buracos da minha rua, em Aldeia Galega também me disse o mesmo e os buracos ainda hoje lá estão. Fala-se aqui muita coisa, mas tem de se falar das estradas, não é só das bolas. Pronto. Obrigado a todos e boa noite. “-----

Presidente AF - “Muito obrigado pela sua intervenção”.-----

Vogal Henrique Martins - “Ainda bem que tenho esta oportunidade de dizer perante todos o que tenho dito desde sempre. A Sociedade Futebol Clube Os Odrinhenses tem um grande prestígio na Freguesia, como também a nível do Concelho. No entanto, tem tido algumas fragilidades: direcções que aguentam um ano, dois anos...depois fecha 3 meses... Quando nós entrámos, em 2016, a Junta e a Câmara tinham disponibilizado para esta colectividade, uma determinada verba, que não foi entregue porque o clube não estava em cumprimento com aquilo que é necessário.”-----

Presidente da Junta - “Vai-me desculpar mas isso é falso...”-----

Vogal Henrique Martins - “Sr. Presidente...então eu faço a afirmação e desminta perante todos. Nós, quando entrámos, entregámos os registos criminais, as certidões de não dívida, o que a direcção anterior não tinha entregue. E a Junta tinha a verba mas não a disponibilizou. O executivo decidiu atribuir a verba à Sociedade Futebol Clube Os Odrinhenses. O que nós recebemos foi uma transferência de 29 de Dezembro de 2016, depois de termos tomado posse e cumprido com aquilo que devíamos. Igualmente, a Câmara Municipal de Sintra, a 17 de Janeiro, também nos concedeu um apoio (já agora, lembro os valores: mil e quinhentos euros da Junta e mil e cinquenta euros da Câmara). Havendo uma nova comissão da marcha, que tomou posse e foi tendo iniciativas, como as sopas, na assembleia de Março, o Clube decidiu fazer a transferência dos dois mil e quinhentos euros para aquela comissão. Nesse mesmo ano fizemos a comemoração dos 20 anos da construção da nova sede e nós, em coordenação com a comissão da marcha fizemos e articulamos o nosso plano, viemos à Junta e, em 13 ou 14 de Abril reunimos no edifício da Junta na Terrugem, com o Presidente do clube e com um membro da marcha e fomos falando nos eventos que propúnhamos (onde se incluía a marcha) e a Junta decidiu atribuir ao Futebol Clube Os Odrinhenses dois mil trezentos e cinquenta euros, onde se incluíam quinhentos euros para o livro, que a Junta deixou de pagar porque não podia. Portanto, teoricamente, nós tínhamos mil euros mais quinhentos, mas pagámos

*Execução
Vera Rocha*

o livro. Depois de tudo pago, a marcha apresentou contas aos sócios que aprovaram dar-lhe continuidade, com uma determinada comissão. Depois, saem uns, entram outros e depois defrontamo-nos com aquela dificuldade de ter sócios disponíveis para a Direcção e verba - que nunca ficou acordada em reunião alguma - foi transferida pelo tesoureiro (dois mil e quinhentos euros, correspondente aos subsídios da Câmara e da Junta). De qualquer forma, era nossa intenção, se tivéssemos condições para dar continuidade, reforçar e pagarmos nós o livro. Mas isso são situações que, para aqui, não interessam. O que interessa é que as pessoas se envolvam para que as coisas tenham continuidade, pois é uma pena enorme se não prosseguissem. Agora, temos é esta situação de algum desconforto. Aquilo que é dito pelos membros da comissão da marcha, não é igual ao que o Sr. Presidente disse agora. Mas eu revejo-me naquilo que o Sr. Presidente está a dizer: portanto, se não há um convite da Sociedade Futebol Clube Os Odrinhenses, o Sr. Presidente poderia dizer que houve um convite para a estreia da marcha por parte da Comissão da marcha, mas não da Direcção. Fui eu que disse aos membros da marcha que todos os contactos institucionais são através do clube. Como houve aquela complicação e outros tomaram posse...Mas para que fique claro, a Sociedade Futebol Clube Os Odrinhenses quer que todas as instituições estejam presentes. No ano passado, foi a primeira vez que a Câmara foi convidada para as marchas, assim como o Presidente da Junta, assim como o Presidente da Assembleia, que era o Sr. José Manuel. Estiveram presentes e eu acho que deve ser sempre assim. Se outros entenderem de outra forma, que o façam, mas a Sociedade Futebol Clube Os Odrinhenses não é Henrique, não é Hélder..., somos todos nós. Enquanto eu sentir que aquela malta precisa e deseja que dê o meu contributo, eu darei. Mas as decisões têm de ser da Sociedade Futebol Clube Os Odrinhenses. Portanto, era bom que reflectíssemos sobre isso, porque é pena que a Marcha de Odrinhas não tenha condições para ter continuidade. Portanto, em relação a este esclarecimento, agradecia que o Sr. Presidente dissesse que no ano passado foi concedido o apoio de mil euros mais quinhentos. Supostamente, é esse o apoio que vai dar este ano. Em relação à legalização da Sociedade, queria também dizer o seguinte: -Quando nós entrámos, logo na primeira semana, recebemos uma carta registada da Câmara a dizer "processo arquivado por deserção". E nós conseguimos dar a volta e, neste momento, a minha equipa, que trabalhou para isso, teve o projecto de arquitectura aprovado, as especialidades entregues e aprovadas e, neste momento, tem licença de construção para dar continuidade. Provavelmente será a instituição com melhores condições. Tem de fazer obras para pôr aquilo tudo como deve de ser, porque o projecto dos incêndios está aprovado pela ANPC (Autoridade Nacional de Protecção Civil) e depois é preciso pedir à Câmara confirmar e depois ficamos com a licença de utilização. Portanto, estou a acompanhar este processo, a malta que lá está, está com vontade disso. Portanto, quando lancei o desafio não é só para nós, mas para que a Câmara pegue em tudo e veja os bons exemplos e o que é que poderá fazer em relação a todos. Obrigado."-----

Presidente da AF - "Sr. Presidente, antes de responder, deixe-me só dar esta informação. Estamos a cerca de 11 minutos da meia noite e eu ia pedir-vos para que fossem rápidas as intervenções que ainda houver para fazer, para tentarmos não ultrapassar o tempo."-----

Eccell
Vera Rocha

Presidente da Junta - "Sr. Henrique Martins, eu sei que, na sua colectividade, desenvolveu um trabalho a todos os níveis, mas a nível de legalização das instalações, está muito à frente de todas as outras. Não é um regozijo, mas é uma constatação. Nestes últimos dois anos, o Senhor fez um trabalho de tentativa de legalização, na tentativa de ir ao encontro do que se deseja. A Junta pouco pode fazer mais, se não houver interesse das colectividades. O que é que nós podemos fazer? Se já fizemos duas ou três reuniões com todas as colectividades, se já falei com o Sr. Presidente da Câmara, se, aqui, nas presidências abertas é uma das coisas que me preocupa... Porque há uma situação: é que nós, a todo o momento podemos vir a ter de cancelar os apoios a todas as colectividades e associações que não estejam legais. Eu pergunto, depois, como é que irão receber essas notícias. Acho que têm de ser as colectividades todas juntas, porque todas juntas conseguem fazer qualquer coisa. Se há um a puxar para cada lado, não vão a lado nenhum. Sei que também há um problema muito grave. É que a legalização das colectividades vai levar a despesas complicadas de IMI, que se traduzirá em milhares de euros anuais. Isso leva a que haja alguma retracção no que respeita à legalização das instalações. Tomemos o exemplo da Sociedade de Assafora que, de repente, passa para sete ou oito mil euros por ano de IMI. É complicado, e foi isso que transmitimos ao Sr. Presidente, para ver se haveria algo na lei que se pudesse ultrapassar e ele disse que não. Se é uma lei do Estado e não da Câmara e por isso não há volta a dar. É por isso que se retrai muito essa situação. Não sei se Odrinhas está na mesma situação ou não; penso que Fontanelas tem idêntico problema... Vai ser muito complicado. A Junta teve essa noção e convocou-os todos. Que mais é que nós podemos fazer? Apoiar algumas as obras? Cá estamos, desde que as colectividades façam alguns projectos e façam alguma tentativa, a Junta analisa e, pontualmente, poderá ajudar. Eu vou pedir aos serviços para verificarem, pois há uma coisa que me está a incomodar muito, que é o facto de o Senhor (Henrique) ter dito que em 2016 não terem recebido apoio. É que nós nunca retirámos o apoio a Odrinhas. Poderá ter havido algum atraso, mas não retirámos o apoio. E não foi mil e quinhentos euros, mas dois mil ou dois mil e cem. É que as colectividades, por vezes, não entregam em tempo oportuno informação sobre tudo aquilo que têm intenção de fazer e isso cria-nos algumas dificuldades. Muito obrigado."

Vogal Luís Santos - "Eu vou ser o mais rápido possível, aliás, as minhas intervenções são sempre curtas para não ocupar muito espaço. Em relação às marchas, o Sr. Presidente referiu que a Câmara, no ano passado e neste ano, tinha apoiado. Eu, como marchante da marcha de S. João nos últimos cinco anos, que eu tenha conhecimento, tem apoiado desde sempre, bem como a Junta. Isto é só um à parte, pelo conhecimento que tenho (não sei se é verdade ou não), mas há mais de dois anos, apoia seguramente. Em referência ao local de apresentação das marchas em Sintra, não será na Volta do Duche - aí será o desfile - mas a apresentação será no Terreiro D. Amélia, em frente ao Palácio da Vila. Só para que todos tenham conhecimento, para quem quiser ir ver. Em relação ao Multibanco de Magoito, deixo um desafio ao Senhor Presidente. Uma vez que já há um Multibanco em Magoito, porque não arranjar outro local? É só um desafio e não podemos alargar-nos mais porque o tempo está a esgotar-se, mas em vez de termos dois em Magoito, a 50 metros um do outro, seria melhor

Escusa
Vera Rocha

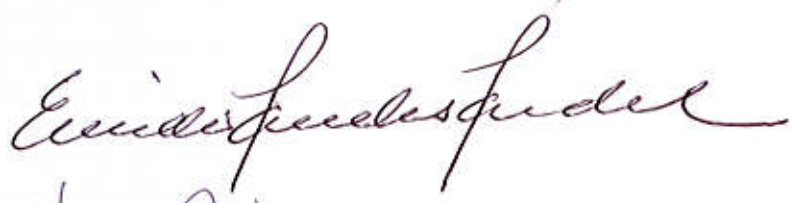

arranjar outra localização onde fizesse mais falta. Outra coisa, que, se calhar, não tem muito a ver com o tema da informação escrita, mas tem a ver com o tema Obras é referente ao procedimento que foi aprovado na última assembleia, com o voto contra do PS, dado ser um procedimento por consulta prévia, gostava de saber qual o ponto de situação desse procedimento e, se possível, nos fazia chegar o caderno de encargos e demais elementos desse procedimento. Muito obrigado."-----

Presidente da Junta - "Sr. Presidente, deixe-me só responder a estas questões. Nós não temos competências nenhuma em relação aos multibancos. Nada, zero. Nós herdámos uma situação anterior e muito importante socialmente, que é a questão de haver locais onde se coloquem os multibancos. Mas em lado nenhum está escrito que tenhamos de tratar de instalar multibancos. Nós podemos interagir, como aconteceu com a Sociedade de Assafora em que até apoiámos as obras necessárias (colocação de uma porta especial) para que a Caixa de Crédito Agrícola lá pusesse um multibanco. Mas pergunto: existem algumas instalações na Freguesia, onde se possa pedir para instalar um multibanco?-----

Presidente da AF - "Muito obrigado. Presumo que esteja respondido, pelo menos na globalidade. Eu gostaria de dizer que está a circular o documento da petição que foi deixado aqui, para quem queira assinar. Resta-me agradecer a presença de todos e permitam-me fazer uma pequena referência àquilo que aconteceu no início desta reunião. Não ficaria bem comigo próprio, porque percebi, na face de alguns dos elementos desta Assembleia, a discordância relativamente à minha tomada de posição no que concerne à intervenção do senhor que já foi embora. Eu teria tido o maior prazer em falar com ele agora, no sentido de clarificar esta posição. Como tive oportunidade de referir, não poderia ter tido outra atitude porque iríamos abrir um precedente que eu não gostaria que surgisse noutras reuniões. Foi só por isso que tomei a atitude que tomei. Agradeço a todos, boa noite e muito obrigado."-----

ENCERRAMENTO - Não havendo mais assuntos a tratar, quando eram vinte e três horas e cinquenta e oito minutos, o Senhor Presidente propôs a aprovação da acta em minuta, o que foi aprovado por unanimidade, após o que declarou encerrada a reunião, no final da qual e para que conste, se lavrou a presente acta que, depois de aprovada, será assinada pelos membros da mesa.-----

E eu, , na qualidade de funcionário designado para o efeito, a subscrevo.-----


 Vera Rocha
